



portalbenews.com.br

EDITORIAL Governo reestruturou o Conselho de Nacional de Zonas de Processamento de Exportação, medida que pode ajudar na reindustrialização do País ▶ **p2**

HUB STJ confirmou, de forma unânime, a cobrança do THC2 ▶ **p3**

ESPECIAL
NORTE EXPORT
FÓRUM REGIONAL DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES
NESTA EDIÇÃO

Antonio Pereira/Brasil Export



Desenvolvimento pede novos acessos e melhor gestão hidroviária

Além dos desafios logísticos, temas como reindustrialização e meio ambiente foram destaque no fórum regional realizado em Manaus

CADERNO ESPECIAL ▶ p5 a p14

Ministro indica novo presidente da PortosRio

Nome do executivo portuário Álvaro Luiz Sávio já foi aprovado pela Casa Civil da Presidência da República e agora segue para aprovação de colegiados da empresa ▶ **p3**



Divulgação/Investe SP

MUDANÇA Governo altera estrutura do Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação, com Geraldo Alckmin à frente ▶ **p3**

SEM CLIMA Ministro de Minas e Energia desiste de ir à China após declarações divergentes com Lula sobre os rumos da Petrobras ▶ **p4**

OPINIÃO “A vanguarda do Judiciário Brasileiro diante das decisões administrativas, por Fernanda de Paiva Araújo ▶ **p15**



EDITORIAL

As Zonas de Processamento de Exportação

O Governo Federal reestruturou o Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação, que passou a fazer do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, tendo o ministro e vice-presidente Geraldo Alckmin à frente do órgão. Antes, o conselho estava subordinado ao Ministério da Economia.

As mudanças também envolvem seus membros. Agora, o colegiado passa a ser integrado pelos secretários-executivos da Casa Civil e dos ministérios da Fazenda; da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Planejamento e Orçamento; de Portos e Aeroportos; e dos Transportes.

Em um governo que tem uma proposta de reindustrialização como um de seus principais projetos, o conselho pode ter um papel estratégico. O órgão tem a função de analisar as propostas de criação de Zonas de Processamento, áreas onde cargas importadas são beneficiadas para, então, serem exportadas, em um processo beneficiado com isenções tributárias.

Ao se colocar como presidente desse conselho, o vice-presidente Alckmin tem a oportunidade de dar um novo impulso ao processo de reindustrialização, associando-o diretamente ao comércio exterior. Que tal iniciativa seja colocada em prática com brevidade.

NESTA EDIÇÃO



▲ MANCHETE

- 6 Norte Export defende gestão hidroviária e acessos rodoviários

HUB

- 3 STJ confirma a legalidade da cobrança do THC2

NACIONAL

- 3 Ministro indica novo presidente da PortosRio

Governo muda estrutura do Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação

- 4 Ministro de Minas e Energia desiste de ir à China com Lula

CADERNO ESPECIAL NORTE EXPORT

- 8 Problemas de acessos na região Norte já duram 20 anos, diz gerente da Cargill
- 10 Dragagem, sinalização e preparo profissional são desafios nos rios Amazonas e Madeira
- 11 Simplificação de processos de infraestrutura precisa ser foco do Governo
- 12 Projeto de reindustrialização do Brasil passa diretamente por Manaus e a Zona Franca
- 13 Sobreposição de competências é um dos maiores problemas da legislação ambiental
- 14 ESG está presente em órgãos públicos e no dia a dia de trabalho dos advogados

OPINIÃO

- 15 “A vanguarda do Judiciário Brasileiro diante das decisões administrativas”, por Fernanda de Paiva Araújo

portalbenews.com.br



Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Editor
Alexandre Fernandes

Equipe de reportagem
Cássio Lyra, Janaína Paiva, Marília Sena e Vanessa Pimentel

Diretora de Arte
Mônica Petroni Mathias

Assistente de Arte
Paulo José Ribeiro

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR

Se você quer perguntar, sugerir pautas ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas, escreva um e-mail para atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE

Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News. Para isso, inscreva-se em www.portalbenews.com.br

PUBLICIDADE

Maurício Almeida | (11) 99554-4282
mauricio.almeida@portalbenews.com.br

Margrethe Wallau | (11) 99786-1655
megwallau@portalbenews.com.br

**STJ concorda 1**

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou, de forma unânime, a legalidade da cobrança do Serviço de Segregação e Entrega (SSE) de contêineres nos terminais portuários brasileiros, antigamente denominado THC2. A sentença foi emitida ontem, terça-feira, dia 11, confirmando a decisão do Tribunal Regional Federal da 3 Região (TRF-3), dada durante o julgamento do Recurso Especial nº 1.774.301/SP. A medida também segue a linha destacada em estudos realizados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq, o órgão regulador do setor) e pela Secretaria Nacional de Portos.

STJ concorda 2

O SSE é cobrado nas operações de importação, na entrega de contêineres carregados pelos terminais portuários para os terminais retroportuários. Para o diretor jurídico da operadora logística e portuária Santos Brasil, Gabriel Moura, a decisão do STJ "é mais um precedente no sentido da consolidação e pacificação do entendimento da absoluta legalidade da cobrança do SSE no âmbito do Judiciário".

Encontro e convite

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, recebeu o diretor-presidente da Associação de Terminais Portuários Privados (ATP), Murillo Barbosa, nessa terça-feira, dia 11, na sede do Ministério, em Brasília. No encontro, o executivo convidou França a participar da missão que a entidade empresarial fará à Bélgica entre os dias 22 e 26 de maio, para visitas técnicas aos portos de Antuérpia, Zeebrugge e Ghent. "Foi um encontro de aproximação muito produtivo, onde conseguimos falar um pouco da história da associação e da importância dos terminais privados", afirmou Murillo.

Ferrovias

Um total de 80 quilômetros de frente de obras foi liberado para a construção do primeiro trecho da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico), nas cidades de Crixás e Santa Terezinha de Goiás. A medida foi possível após a conclusão da desapropriação de 50 quilômetros de terras na faixa de domínio da Fico, acordada entre a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Infra S.A. e a Vale.

Ministro indica novo presidente da PortosRio

Álvaro Sávio já foi diretor de Gestão Portuária e executivo na Libra Terminais



Divulgação/Investe SP

▲ Sávio já atuou nos governos estaduais de São Paulo e do Rio de Janeiro, nos setores de desenvolvimento e financeiro

LEOPOLDO FIGUEIREDO
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, indicou o executivo portuário Álvaro Luiz Sávio para a presidência da PortosRio, a Autoridade Portuária do Rio de Janeiro, de Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis. O nome já foi aprovado pela Casa Civil da Presidência da República na manhã de ontem, dia 11, e, agora, segue para o Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da PortosRio e para o Conselho de Admi-

nistração (Consad) da empresa, para a oficialização no cargo, conforme apurou o **BE News**.

Os dois órgãos já estão a postos para analisar o processo. O Comitê de Elegibilidade fará uma avaliação do currículo do indicado e irá verificar se ele atende as exigências da companhia e do Ministério da Economia. A partir da aprovação, o caso segue para o Consad, que deve se reunir em sessão extraordinária para oficializar a nomeação.

Formado em Economia, Sávio foi diretor de Gestão Portuária da Companhia Docas do Rio de Janeiro (antigo nome da PortosRio) e executivo na ope-

rador Libra Terminais. Também atuou nas áreas de finanças, marketing e relações institucionais. De 2015 a 2018, foi diretor administrativo e financeiro e presidente interino da Agência Paulista de Atração de Investimentos (Investe SP), idealizando o hub de inovação do Estado de São Paulo. Em seguida, de 2019 a 2020, trabalhou na Secretaria Estadual da Fazenda do Rio de Janeiro, como assessor especial do secretário de Fazenda e, depois, até o ano passado, como subsecretário-geral.

Álvaro Sávio é o primeiro presidente de autoridade portuária indicado por Márcio Fran-

ça. O Ministério coordena diretamente seis autoridades portuárias, escolhendo suas diretorias. Nesse grupo, estão a Santos Port Authority, de Santos (SP), e as companhias docas do Estado da Bahia (Codeba), do Pará (CDP), do Ceará (CDC) e do Rio Grande do Norte (Codern), além da PortosRio.

A diretoria da PortosRio também é formada por mais três diretores: o de Gestão Portuária, o de Negócios e Sustentabilidade e o Administrativo-Financeiro. Há a expectativa de que os três indicados para esses cargos tenham seus nomes aprovados em Brasília nos próximos dias.

Governo muda estrutura do Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação

O vice-presidente da República e ministro da Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, vai presidir o colegiado

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

O Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação passou a fazer parte do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

O vice-presidente da República e ministro da pasta, Geraldo Alckmin, vai presidir o Conselho.

Antes o órgão deliberativo estava subordinado ao Ministério da Economia. A decisão foi publicada ontem (11) no Diário Oficial da União.

A participação dos secretários-executivos da Casa Civil e dos ministérios da Fazenda;

da Integração e do Desenvolvimento Regional; do Meio Ambiente e Mudança do Clima; do Planejamento e Orçamento; de Portos e Aeroportos; e dos Transportes, também fazem parte da nova estrutura do Conselho, segundo o decreto.

O Conselho analisa as propostas de criação de Zonas de Processamento para submetê-las à Presidência da Repú-

blica com o parecer conclusivo. O órgão também analisa e aprova projetos de empresas interessadas em se instalar nas Zonas de Processamento de Exportação. Além disso, autoriza a instalação de empresas em Zonas de Processamento de Exportação e aprova a relação dos produtos a serem fabricados nas Zonas de Processamento de Exportação.

NACIONAL

Ministro de Minas e Energia desiste de ir à China com Lula

Decisão de Alexandre Silveira foi tomada após declarações divergentes dele e do presidente sobre os rumos da Petrobras

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

MARÍLIA SENA
marilia@portalbenews.com.br

novos combustíveis renováveis e ampliará seus investimentos na frota de navios da Transpetro.

Na análise de interlocutores do Palácio do Planalto, a fala foi uma advertência ao ministro que tem dado declarações divergentes sobre o rumo da estatal.

“Informamos que o ministro solicitou ao presidente permanecer no Brasil para cumprir outras agendas no país e dar prosseguimento a ações em curso no ministério. Dessa forma, confirmamos a não participação de Alexandre Silveira na comitiva da viagem à China”, disse o Ministério.

O ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, e o ministro dos Transportes, Renan Filho, não vão acompanhar o presidente Lula na viagem.

O Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, desistiu de ir à China com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A comitiva presidencial embarcou para Pequim ontem (11). Segundo a assessoria de Silveira, ele ficou devido a compromissos na agenda do Ministério.

A desistência, porém, foi confirmada após uma declaração dada por Lula durante a reunião de balanço dos 100 dias de Governo. Na ocasião, o presidente disse que a Petrobras financiará pesquisas para



Segundo o Ministério, Alexandre Silveira solicitou ao presidente permanecer no Brasil para cumprir outras agendas no país e dar prosseguimento a ações em curso na pasta

A delegação oficial inclui oito ministros. São eles: Fernando Haddad (Fazenda); Marina Silva (Meio Ambiente e Mudança do Clima); Carlos Fávaro (Agricultura e Pecuária); Luciana Santos (Ciência, Tecnologia e Inovação); Mauro Vieira (Relações Exteriores); Paulo Tei-xeira (Desenvolvimento Agrário); Wellington Dias (Desenvolvimento e Assistência Social); e Juscelino Filho (Comunicações).

DURANTE A REUNIÃO DE BALANÇO DOS 100 DIAS DO GOVERNO, LULA DISSE QUE A PETROBRAS FINANCIARÁ PESQUISAS PARA NOVOS COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS E AMPLIARÁ SEUS INVESTIMENTOS NA FROTA DE NAVIOS DA TRANSPETRO

15 e 16 de maio

#SAVE
THE
DATE
SANTOS EXPORT

Evento exclusivo para conselheiros, patrocinadores e autoridades convidadas

BE NEWS

Transmissão ao vivo e gratuita pelo Portal BE News

Blue Med Convention Center Santos - SP

SANTOS EXPORT
FÓRUM REGIONAL DE LOGÍSTICA, INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES



NORTE EXPORT

FÓRUM REGIONAL DE LOGÍSTICA,
INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

Antonio Pereira/Brasil Export



Norte Export: logística, reindustrialização e sustentabilidade em debate

Temas como acessos, gestão hidroviária,
Zona Franca e legislação ambiental foram destaque
no fórum regional realizado em Manaus (AM)

ESPECIAL

NORTE EXPORT

DESENVOLVIMENTO

Norte Export defende gestão hidroviária e acessos rodoviários

Temas são destaque na carta elaborada a partir dos debates ocorridos no fórum

Da Redação
redação@portalbenews.com.br

O desenvolvimento econômico e a superação dos desafios logísticos e da infraestrutura de transportes da Região Norte passam, principalmente, por uma melhor organização do transporte hidroviário e pela retomada dos investimentos rodoviários e ferroviários. Também é necessário uma maior celeridade na aprovação de projetos privados, especialmente seu licenciamento ambiental, de modo a facilitar os empreendimentos. Essas são algumas das con-

clusões da Carta do Norte Export 2023, que sintetiza as teses debatidas no fórum, realizado em Manaus (AM), na semana passada, nos últimos dias 3 e 4. O documento também traz os resultados das análises feitas durante o primeiro InfraJur - Encontro Regional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes, que ocorreu no dia 3, antes do início do Norte Export.

A carta reúne as principais ideias presentes nos painéis que reuniram lideranças empresariais e autoridades, tanto nacionais como locais, para discutir questões como os acessos à Região Norte, o desenvolvimento do sistema hidroviário local, o papel da Zona Franca de Manaus no processo de reindustrialização do País e a importância do crescimento sem abrir mão da sustentabilidade.

A questão hidroviária foi

um dos pontos centrais do evento. Segundo os participantes, um dos principais obstáculos a seu desenvolvimento é a falta de um gestor principal, que coordene a exploração dessas vias de navegação. Atualmente, essa função é compartilhada por vários órgãos, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit, do Ministério dos Transportes), que cuida das obras a serem feitas nos rios e canais, ao Ministério de Portos e Aeroportos, responsável por sua política pública, passando pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o poder concedente, e a Marinha do Brasil, que cuida da segurança na navegação.

Para especialistas e autoridades, é necessário que um órgão assuma a gestão e, assim, coordene melhor o desenvolvi-

mento do setor.

Outro ponto de destaque foi a extrema necessidade da recuperação da BR-319, que ligará o Amazonas à rede rodoviária nacional. Hoje o estado, localizado no Norte do País, vive isolado do ponto de vista dos acessos terrestres, sendo acessado apenas por via aérea ou pelos rios (sistema hidroviário/fluvial).

Esses temas são enfatizados na Carta do Norte Export, que, em uma mudança de diretriz em relação às últimas três temporadas de fóruns regionais promovidos pelo Grupo Brasil Export, passa a ser divulgada com exclusividade pelo BE News na semana seguinte ao término das atividades. Antes, ela era anunciada no término do último painel. Confira, na página seguinte, a íntegra do documento.

CONFIRA OS
VÍDEOS DE
TODOS OS
DEBATES DO]
NORTE EXPORT
2023 E DO
INFRAJUR
PELO QR CODE
ABAIXO



O SETOR PORTUÁRIO É VITAL PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO PAÍS

Nesse universo, a ABTP desempenha papel fundamental ao congregar 77 empresas associadas detentoras de mais de 230 terminais portuários, incluindo arrendamentos e TUPs, que movimentam todos os perfis de carga. A Associação representa agentes econômicos responsáveis por 19% do PIB e 76% da movimentação portuária nacional, em 2022.

ABTP, SEMPRE ATUANDO NA REPRESENTAÇÃO E DEFESA DIRETA DO SETOR!

ABTP
Associação Brasileira dos Terminais Portuários

abtp.org.br



Nutrir o mundo de forma segura, responsável e sustentável é o que nos move

Nossos mais de 155 mil profissionais, distribuídos em 70 países, trabalham em conjunto com agricultores e parceiros para desenvolver as melhores práticas no campo e para entregar produtos de qualidade nos lares de milhões de pessoas em todo o mundo.

Ao longo dos mais de 150 anos, construímos a nossa história movidos pela paixão por conectar agricultores com mercados, clientes com ingredientes e pessoas e animais com os alimentos.

É assim que honramos o nosso propósito e estamos construindo um futuro sustentável.



Saiba como a **Cargill** ajuda o mundo a prosperar. Acesse cargill.com.br.

Cargill® Helping the world thrive

CONTINUAÇÃO DA MATÉRIA DA PÁGINA 6

CARTA DO NORTE EXPORT 2023

Logística e infraestrutura de transportes são temas vitais para o desenvolvimento da região Norte. A movimentação de cargas e pessoas é um grande desafio que faz jus à expressiva extensão territorial de seus sete estados: eles ocupam pouco mais de 45% do território brasileiro. Importante destacar que Amazonas e Pará abrigam os dez maiores municípios do País. Sede do Norte Export 2023, Manaus, capital amazônica, está localizada a centenas de quilômetros de distância de outras capitais regionais e de grandes centros consumidores. Tal isolamento faz com que a utilização dos modais aéreo e aquaviário seja mais frequente do que no restante do Brasil. Por isso, foi vista com muita coerência a declaração do secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários, Fabrizio Pierdomênico, enfatizando que a ligação do Ministério de Portos e Aeroportos – criado pelo atual Governo Federal – com o



Promovido pelo Brasil Export, fórum Norte Export foi realizado nos últimos dias 4 e 5, em Manaus (AM)

estado do Amazonas é "umbilical".

Foi natural, portanto, que a maior parte dos debates do fórum regional tenham sido destinados a abordar soluções criativas para melhorar a eficiência da logística na região Amazônica, dentro de uma agenda de desenvolvimento sustentável. O potencial de crescimento do estado que se-diu o evento,

por exemplo, é inegável. A Zona Franca de Manaus representa 30% do PIB do Amazonas e a atividade industrial lá instalada contribui com aproximadamente 45% da arrecadação estadual, gerando 115 mil empregos diretos e 500 mil postos de trabalho indiretos. "Nosso grande desafio é promover o encontro da indústria com o potencial do estado do Amazonas. E para

que isso aconteça precisamos de infraestrutura portuária, de aeroportos, de estradas", observou o governador Wilson Lima, que prestigiou a solenidade de abertura.

Nesse sentido, as lideranças empresariais que participam do movimento Brasil Export trataram de ressaltar a necessidade de melhorar os corredores logísticos para que mais operações sejam viáveis e também para atrair a instalação de novos empreendimentos, como terminais portuários. Durante a realização da primeira edição do InfraJur - Encontro Nacional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes, magistrados e profissionais do Direito apontaram o papel imprescindível da sociedade civil em colaborar com o Poder Público para construir um conjunto enxuto de regras capazes de reduzir a burocracia e a insegurança jurídica na região Amazônica, sem comprometer os riquíssimos ativos ambientais e o cumprimento da nossa legislação.

Os debatedores do Norte Export 2023 também motivaram a audiência para que colaborem para uma mobilização institucional no sentido de colaborar ativamente para o desenvolvimento da navegação interior em uma região que têm vocação natural para a logística de cargas e de passageiros. A vasta bacia hidrográfica é uma oportunidade para que trechos de rios sejam transformados em hidrovias. O fato de os rios não terem "donos" e a falta de clareza das competências dentro do Poder Público atrapalham os avanços necessários para maior equilíbrio na matriz de transportes e, por consequência, maior produtividade e redução de custos na movimentação de mercadorias.

Hoje, instituições como Antaq, DNIT, Marinha e agências estaduais atuam de forma pontual, sem uma articulação eficaz que proporcione resulta-

dos positivos. A mesma preocupação está presente no caso do transporte de passageiros. O estado do Amazonas, por exemplo, sequer tem uma regulamentação intermunicipal. A concessão de trechos hidroviários e até de corredores logísticos - com a composição de mais de um modo de transporte - é uma alternativa que conta com o apoio de nosso setor.

Em apresentação preparada especialmente para o Norte Export 2023, o presidente da Infra S.A., Jorge Bastos, elencou as obras prioritárias para a região, de acordo com os levantamentos da entidade: investimentos nos rios Madeira, Amazonas e Rio Negro, concessão da rodovia BR-364, recuperação da rodovia BR-163 e o derrocamento do Pedral de Lourenço. É importante ressaltar, todavia, a necessidade de encontrar um modelo para viabilizar a implantação da Ferrogrão, ligando Sinop/MT a Miritituba/PA, um ativo que poderá reduzir significativamente os custos logísticos da produção agropecuária e aumentar a movimentação nos portos da região. Neste panorama de crescimento, será imprescindível a construção de novos terminais de transbordo, aperfeiçoando a infraestrutura e gerando mais empregos e renda.

Sabedores de que obras de infraestrutura demandam grandes períodos de tempo para planejamento e execução, as empresas ligadas ao Brasil Export clamam por processos mais céleres e simplificados por parte dos órgãos fiscalizadores e agentes ambientais. Não temos dúvida que a região Norte é a com o maior potencial de crescimento econômico nos próximos anos e esse caminho pode ser muito bem construído com responsabilidade e segurança, priorizando a melhoria da qualidade de vida da população e sem deteriorar a diversidade de fauna e flora que encanta moradores e visitantes.

O SISTEMA CNT É A ENERGIA QUE FAZ O BRASIL IR CADA VEZ MAIS LONGE

O Sistema CNT contribui para o desenvolvimento das mais de **164 mil empresas** e de **2,3 milhões de trabalhadores** do setor, que todos os dias fazem o Brasil se movimentar por terra, água e ar, com a força do seu trabalho.

CNT
FORTALECE O SETOR
E A ECONOMIA

Conheça a CNT
www.cnt.org.br

SEST SENAT
CAPACITA E CUJDA
DOS TRABALHADORES

Conheça o SEST SENAT
www.sestsenat.org.br

ITL
CONSTRÓI O FUTURO
DO TRANSPORTE

Conheça o ITL
www.itl.org.br

CNT / SEST SENAT / ITL

ESPECIAL

NORTE EXPORT

INFRAESTRUTURA

Problemas de acessos na região Norte já duram 20 anos, diz gerente da Cargill

Sandra da Silva e o presidente da CDP, Henrique Bezerra, falaram sobre o assunto durante painel do Norte Export

CÁSSIO LYRA
redação@portalbenews.com.br

Os problemas voltados para a questão de acessos terrestres e hidroviários aos terminais portuários da região Norte foram debatidos em um dos painéis do Norte Export 2023, primeira edição de fóruns regionais do Grupo Brasil Export. Para Sandra da Silva, gerente jurídica da Cargill, a iniciativa privada vai contribuir com o desenvolvimento a partir de futuras concessões e que alguns problemas envolvendo a região já duram 20 anos.

Neste ano, o terminal da Cargill no Porto de Santarém (PA) completa duas décadas de operação. O mesmo vale para o

terminal em Porto Velho (RO). E os problemas envolvendo acessos, que já eram discutidos lá atrás, continuam.

“Há uns 20 anos ouvíamos falar que precisávamos da BR-163. Nos últimos anos vimos a BR-163 ir até Miritituba (PA), mas ainda falta uma perna para poder chegar em Santarém. Lá atrás, fomos pioneiros em enxergar o Norte como saída clara, clássica, para alcançar os mercados. Há dez anos vemos esse movimento crescendo, com a iniciativa privada trazendo investimentos, mas os acessos não acompanham”, comentou Sandra.

Para ela, as futuras concessões terão participações ativas da iniciativa privada. “Manter as condições de trafegabilidade que já existem, conceder o que precisa ser concedido, trabalhar na regulação e concessão das



Antonio Pereira/Brasil Export

Os debatedores participaram do painel que tratava dos acessos rodoviários e hidroviários aos terminais portuários da região Norte

hidrovias, pensar na Barra Norte. Isso tudo é o que esperamos que aconteça. Penso que se as concessões vierem — e isso falando de Ferrogrão, das rodovias, dos novos investimentos portuários em área pública —, se colocar na praça, a iniciativa privada não vai se furtar”, analisou.

O diretor-presidente da Companhia Docas do Pará,

Eduardo Henrique Pinto Bezerra, reforçou a questão que envolve a BR-163. Segundo ele, há um trecho que possui um gargalo que prejudica o porto público de Santarém, conforme colocado por Sandra.

“Falamos da BR-319, BR-364, mas esquecemos da 230. A concessão da 163 ela vira para Santarém. Esse trecho não está concedido e nós temos um

gargalo que atende o porto. A 163 virou para a esquerda, pegando o trecho da 230, e ela não chega em Santarém, onde ela de fato termina. O porto precisa ser contemplado. Se não houvesse interesse privado, teria que haver intervenção do poder público”, analisou.

A Infra SA, do Ministério dos Transportes, fez um mapeamento dos principais problemas a serem resolvidos na região Norte. São eles: concessão da BR-364; recuperação/concessão da BR-163; melhorias e investimentos nos rios Madeira, Amazonas e Negro; e derrocamento do Pedral de Lourenço (PA) e melhorias na navegabilidade do rio Tocantins.



VOCÊ NÃO PRECISA CARREGAR TUDO SOZINHO



GALLOTTI E ADVOGADOS ASSOCIADOS AJUDA VOCÊ A SE MANTER LIVRE E DESEMBARAÇADO.

Com o Gallotti Advogados Associados, você ganha tempo e dispensa problemas. Seja mais um parceiro de sucesso.

DIREITO MARÍTIMO / DIREITO ADUANEIRO TRIBUTÁRIO / DIREITO PORTUÁRIO / DIREITO REGULATÓRIO
DIREITO ADMINISTRATIVO / DIREITO TRABALHISTA / DIREITO CIVIL / DIREITO AMBIENTAL

Serviços jurídicos no segmento de transportes e infraestrutura, com atuação especializada perante Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ, Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários – SNPTA, Secretaria do Patrimônio da União – SPU, Tribunal de Contas da União – TCU, Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, além de ampla experiência junto ao Poder Judiciário, com atuação nas Justiças Estaduais e Federais, Justiça do Trabalho, Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça – STJ e Supremo Tribunal Federal – STF.

Presente

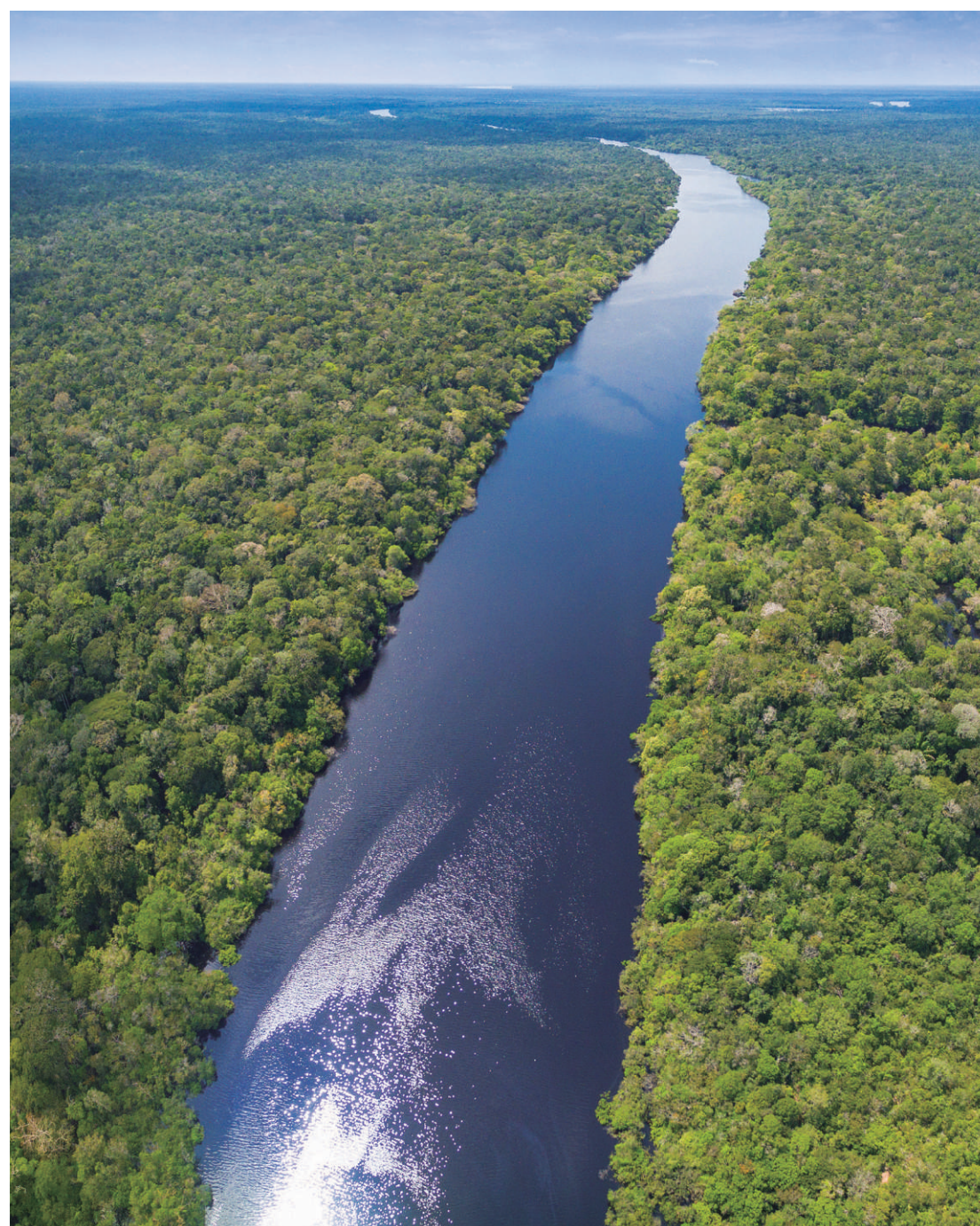


Nas redes, busque por Gallotti Advogados

www.gallotti.adv.br
advogados@gallotti.adv.br
Tel.: 61 3013 9050
OAB/DF Nº0435/97



GALLOTTI
Advogados Associados



Indústrias que fazem a diferença

A Hydro tem mais de 116 anos de história, com mais de 140 unidades em 40 países. Presente em toda a cadeia de valor do alumínio, da energia à mineração de bauxita e refino de alumina, alumínio primário, extrusões e reciclagem de alumínio, criamos negócios e parcerias para um futuro mais sustentável. Nosso propósito é criar uma sociedade mais viável, desenvolvendo recursos naturais em produtos e soluções de forma inovadora e eficiente.



Indústrias que fazem a diferença

hydro.com/brasil @hydronobrasil Norsk Hydro @hydronobrasil



SUPER TERMINAIS

O PRIMEIRO

GreenPort[®]

DO BRASIL



ESPECIAL

NORTE EXPORT

NAVEGABILIDADE

Dragagem, sinalização e preparo profissional são desafios nos rios Amazonas e Madeira

Dificuldades operacionais nos rios foram debatidas em um dos painéis do Fórum Norte Export

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

A falta de dragagem, de sinalização adequada e de bons profissionais são os maiores desafios para a navegação dos rios Amazonas e Madeira, segundo o presidente da Praticagem dos Rios Ocidentais da Amazônia (PROA), João Gilberto Coelho. Ele falou sobre o assunto durante o painel "A navegabilidade dos rios Amazonas e Madeira – propostas para melhorias", dentro do Fórum Norte Export, no último dia 4, em Manaus (AM).

Participaram ainda José Fialho, superintendente de Desenvolvimento, Desenvolvimento e Sustentabilidade da Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários); Claudomiro



Antonio Pereira/Brasil Export

A dragagem e outras questões foram debatidas durante o painel "A navegabilidade dos rios Amazonas e Madeira – propostas para melhorias"

Carvalho, presidente da ABANI (Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Navegação Interior) e Ricardo Delfim, diretor comercial da Jan de Nul.

Coelho apontou que no rio Amazonas, no trecho entre Itacoatiara (AM) e Manaus, há dois pontos que são gargalos para a

navegação quando o nível da água está baixo, o que ocorre entre os meses de setembro a novembro.

"A foz do rio Madeira e o Tabocão (TO), que já é próximo de Manaus, são os dois pontos do rio Amazonas que preocupam a gente porque restringem a navegação nesse período.

Além disso, o rio é dinâmico e sofre alterações em todos os regimes de seca e cheia, apresentando mudanças anuais que precisam ser monitoradas", disse.

Com o calado reduzido na época da seca, os navios não conseguem passar carregados em capacidade máxima de carga. Outro ponto que também é gargalo para a navegação da região, segundo Coelho, é a Barra Norte, conhecida por ser um trecho raso e lamoso, com cerca de 42,6 km de extensão na foz do rio Amazonas, que delimita o calado de todos os navios que passam pela Bacia Amazônica. Atualmente, o calado máximo ali é 11,5m.

Por isso, haveria necessidade de dragagem desses pontos, o que aumentaria a eficiência das operações pelos rios, bem como um monitoramento

constante para pontuar as modificações no leito.

Ele também afirmou que é preciso melhorar a sinalização dos rios Amazonas e Madeira, e aumentar a oferta de cursos de qualificação profissional aos ribeirinhos.

GESTÃO

Durante o painel, também foi abordada a necessidade de os rios terem uma autoridade responsável por regular os processos que envolvem o transporte de cargas e de passageiros, organizando o sistema dentro do conceito de hidrovia, com sinalização, prioridades, dragagem, entre outras medidas.

Neste sentido, José Fialho garantiu que a Antaq está trabalhando na criação de um modelo de gestão que prevê a concessão das vias navegáveis por meio de licitação.



DESIGN - BUILD - CONNECT

O Grupo Jan De Nul molda água e terra. No mundo inteiro. Viabilizamos produção de energia offshore e provemos profundidades seguras à vias navegáveis. Construímos novos portos, recuperamos linhas de costa, criamos e ampliamos terrenos. Realizamos obras complexas de infraestrutura e construímos qualquer tipo de edificação. Enfrentamos qualquer forma de poluição. Graças à vultuosa interação dentro de nossa empresa, podemos oferecer soluções completas que combinam uma, várias ou mesmo todas essas atividades. No Brasil temos presença, histórico e protagonismo.

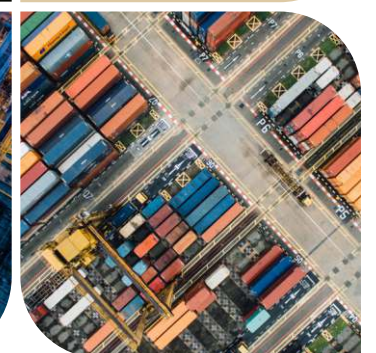
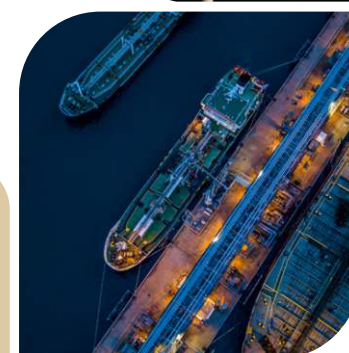
JANDENUL.COM

FOTO: DRAGA DE CORTE E SUÇÃO 'WILLEM VAN RUBROECK' E BATELÕES 'BOUSSOLE' E 'LE GUERRIER' - DRAGAGEM NA MAURITÂNIA

Desde 1932, uma **atuação multidisciplinar abrangente** que atende todo o setor de logística e comércio internacional, se expandindo pela indústria marítima, portuária, infraestrutura, energia e transportes.

Com uma equipe **diversa**, geramos soluções **inovadoras** e **personalizadas** para demandas complexas e projetos pioneiros, através de uma visão mais integral, estratégica e sustentável.

COMPROMETIDOS
COM OS SEUS
DESAFIOS



KINCAID
MENDES VIANNA
ADVOGADOS

ESPECIAL

NORTE EXPORT

LOGÍSTICA

Simplificação de processos de infraestrutura precisa ser foco do Governo

Debatedores de painel sobre operações logísticas na região Amazônica dizem que excesso de burocracia deve ser revisto para destravar setor

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

A simplificação de processos na área de infraestrutura precisa ser o foco do Governo Federal. É o que defendem Helano Pereira Gomes, diretor-executivo institucional e de Desenvolvimento de Negócios da Ultracargo; Marcello Di Gregorio, diretor-geral da Super Terminais, e Renato Freitas, superintendente da Transglobal. Os dois participaram do painel "Operações logísticas na Região Amazônica - dificuldades, complexidades e soluções", discutido durante o Fórum Norte Export, no último dia 4, em Manaus (AM).

Para Freitas, a sobreposição que ocorre na legislação, além de travar projetos por

muitos anos, causa insegurança jurídica e afasta investidores, que acabam desistindo. "Investidor o Brasil tem, mas precisamos trabalhar de forma célere e integrada para mantê-los", disse.

Ele exemplificou citando a demora na obtenção da licença ambiental que permitiria a realização das obras de dragagem e derrocamento do Pedral do Lourenço (PA) - formação rochosa no rio Tocantins que aflora em período de estiagem e impede a navegação neste trecho da hidrovía Tocantins-Araguaia.

"Para Marabá (PA), só de minério, é algo em torno de 3 milhões de toneladas por ano que são escoados pela estrada. Com a derrocagem do Pedral, isso tudo iria para balsas, trazendo uma série de benefícios que não saem do papel", disse.

Para ele, "o governo preci-



Antonio Pereira/Brasil Export

Os participantes falaram sobre o excesso de burocracia no painel "Operações logísticas na Região Amazônica - dificuldades, complexidades e soluções"

Para ele, se a parte legal que versa sobre o tema for bem conduzida, ela não representa um "gargalo". O que atrapalha mais é a sobreposição dos órgãos que regem os segmentos.

"Na navegação temos a sobreposição da Marinha sobre a Antaq (Agência Nacional de Transportes Aquaviários). Também temos o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), que está cuidando de obras e que, na minha opinião, não deveria estar com esta questão. No licenciamento, há diferentes exigências estaduais e federais, cada uma tem um prazo, enfim. Precisamos de um regramento, de um Plano de Estado".

sa focar em destravar projetos que resolvem a questão logística e melhoram a infraestrutura da região Norte".

Para Helano Gomes, "é preciso um projeto de Estado, não de Governo", o que simplificaria, por exemplo, as etapas para obtenção de licenças. Além disso, ele acha que deveria ser criada uma política nacional de licenciamento ambien-

tal, respeitando as particularidades de cada local.

Em seguida, o mediador do debate, o diretor de Redação do BE News, Leopoldo Figueiredo, questionou os participantes se dentro de todos os procedimentos necessários para a realização de um projeto, é o licenciamento que mais preocupa. Renato Freitas respondeu que não.

Great Place To Work®
Certificada
Mar/2023 - Mar/2024
BRASIL

TECNOLOGIA & INOVAÇÃO

Conte com a empresa referência em tecnologia para o Mercado Logístico.

CONHEÇA NOSSAS SOLUÇÕES

WWW.MODALGR.COM.BR

GRANEL QUÍMICA

Uma empresa associada ao Grupo Odfjell

Fundado em 1914, o Grupo Odfjell é líder no mercado global de transporte marítimo e armazenagem de produtos químicos e outros líquidos.

A Odfjell opera uma frota global de cerca de 75 navios, incluindo 6 sob gerenciamento da Flumar na América do Sul.

Possuímos uma rede de 12 terminais na América do Sul

Estamos presentes na Argentina, Chile, Peru, e no Brasil possuímos mais de 305 mil metros cúbicos de capacidade instalada. Nossos terminais estão localizados em São Luís (MA), Teresina (PI), Palmas (TO), Santos (SP), Rio Grande (RS) e Ladário (MS).

UMA MARCA DE SUCESSO QUE CRESCE COM OS SEUS CLIENTES.

Grupo Odfjell
+ 55 11 3549 5800
www.odfjellterminals.com.br
www.odfjell.com

ESPECIAL

NORTE EXPORT

INDÚSTRIA

Reindustrialização do Brasil passa diretamente por Manaus e a Zona Franca

Para diretor adjunto da FIEAM, entidades e os próprios governos precisam olhar a região Amazônica como um grande centro industrial

CÁSSIO LYRA
redação@portalbenews.com.br

Um dos principais planos do atual governo é voltado para a reindustrialização do Brasil, visando aumentar o peso do setor industrial no cenário econômico. Para isso, esse processo será importante para a região de Manaus e, principalmente, para a Zona Franca da capital do Amazonas. A região e a reindustrialização foram temas discutidos em um dos painéis do Fórum Norte Export.

Durante seu discurso, Augusto Cesar Barreto Rocha, diretor adjunto da Federação da Indústria do Estado do Amazonas (FIEAM), defendeu que entidades e os próprios gover-

nos precisam olhar a região Amazônica como um grande centro industrial.

Baseando-se em dados, a atividade industrial no estado do Amazonas corresponde a 36% do Estado. Esses números são maiores do que em estados do Pará e São Paulo, por exemplo, conforme explicou Rocha.

“Manaus tem um modelo de muito êxito. A participação industrial vai até um pouco na contramão da desindustrialização, mas a indústria é muito forte em Manaus. É um modelo de sucesso, mas que pode ter muito mais se parar de ser atacado pelo próprio Brasil. A discussão atual é como se nosso competidor fosse São Paulo, ou Acre, quando na realidade deveria ser China, Estados Unidos, Bangladesh, qualquer outro país estrangeiro que está competindo pelo mercado global



Os debatedores do painel do Norte Export discutiram como a Zona Franca de Manaus está inserida na reindustrialização do Brasil

das indústrias. A gente precisa parar de se posicionar como se fosse estranho ter indústria em Manaus”, analisou.

Representando o setor industrial, ele afirmou que a região ainda carece de muitos deficits e que, pelos tempos atuais, é necessário que a Ama-

zônia tenha uma participação grande na economia do país.

“Há muitas estruturas de deficiência tecnológica na Amazônia. A gente tem ainda a Amazônia de 100 anos atrás, quando precisamos ter uma Amazônia percebida como relevante economicamente e que tem

estoque de infraestrutura. E a realidade é que não temos estoque. Há déficit de rodovias, de aeroportos, déficit de tudo. Nos preocupa enxergar investimentos contundentes do Governo Federal para corrigir as deficiências históricas”, afirmou.

Augusto citou que a região Amazônica sofre deficiências históricas a respeito de investimentos em infraestrutura e que muito do que se planeja para o Estado precisa sair da mesa de discussão para poder virar obras e correções desses problemas.

“É preciso compreender que Manaus é uma cidade global, com indústria global, não é um cidade de interior, isolada. Manaus é uma cidade mais industrializada que São Paulo e está com a indústria global”, disse.

10 anos Piacentini DO BRASIL

Piacentini do Brasil, há 10 anos construindo desafios

Com ética, inovação e comprometimento, construímos uma sólida reputação no mercado, não só em soluções de engenharia mas, também, como uma empresa que cumpre com o combinado. A Piacentini do Brasil tornou-se uma referência no Brasil, principalmente por contar com um corpo técnico especializado e apto em oferecer as melhores e mais adequadas soluções técnicas devido ao amplo know how e flexibilidade em elaboração de soluções integradas e personalizadas.

Em 10 anos, fizemos muito de ponta a ponta do Brasil. Começamos nossa trajetória em 2012, atuando como protagonista na implementação do Complexo Industrial Naval do Guarujá (CING), na construção e implementação do centro logístico da Saipem do Brasil para apoiar as operações do pré-sal. De lá para cá, expandimos nossa atuação de Norte a Sul do país e nos orgulhamos de estarmos sempre contribuindo para o desenvolvimento de um Brasil ainda melhor, seja em obras de infraestrutura, portuárias ou emergenciais. A nossa sensação é a de que estamos só começando... e querendo ainda mais!

Conduzimos navios com eficiência e segurança nos rios da Amazônia.

PRATICAGEM DO BRASIL
praticagemdobrasil.org.br

ESPECIAL

NORTE EXPORT

CONFLITO

Sobreposição de competências é um dos maiores problemas da legislação ambiental

Presidente da Fenop alerta que leis municipais e estaduais não podem se sobrepor aos regramentos federais

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

A sobreposição de competências entre agências ambientais municipais e estaduais é um dos maiores problemas enfrentados por quem está em busca de licenciamento para projetos de infraestrutura no Brasil. A opinião é de Sérgio Aquino, presidente da Federação Nacional dos Operadores Portuários (Fenop) e do Conselho do Norte Export.

Ele falou sobre o assunto no último dia 3, em um dos painéis do InfraJur - Encontro Regional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes, que discutiu o tema "Meio ambiente e os impactos legais nos projetos de infraestrutura", dentro do Fórum Norte Export, em

Manaus (AM).

Participaram ainda o advogado Marcelo Sammarco, o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Paulo Dias Moura Ribeiro, e o desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Fernando Reverendo Vidal Akaoui. A mediação foi feita pelo desembargador do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Celso Ricardo Peel.

Aquino disse que a legislação ambiental do Brasil garante que municípios e estados também legislem sobre o tema de forma complementar, o que "muitas vezes" causa conflito entre os poderes, além de sobrepor-se aos regramentos federais.

"Precisamos encontrar formas de harmonizar isso. O interesse pelo meio ambiente é extremamente importante, todos nós temos que trabalhar por ele,

Um dos painéis do InfraJur, dentro do Norte Export, colocou em debate o tema "Meio ambiente e os impactos legais nos projetos de infraestrutura"

mas de maneira sinérgica e harmônica para que as coisas tenham efetividade e caminhem", declarou.

Questionado por Peel sobre como a Fenop trabalha para tentar resolver o problema, Aquino disse que a entidade tem se dedicado a fazer um planejamento de Estado. Segundo ele, com essa ferramenta, os projetos de infraestrutura conseguem manter a continuidade de suas etapas, independentemente da troca de governos.

"No Brasil não temos cultura de planejamento e isso é importante para que o meio ambiente seja defendido, mas com responsabilidade e sequência. Licenciamento de gran-



Antonio Pereira/Brasil Export

des obras de infraestrutura leva tempo no mundo inteiro, só que esse tempo não gera prejuízo para a expansão do setor se ele for planejado", ressaltou.

Os painelistas debateram também o que é necessário para que as práticas atreladas ao ESG (sigla em inglês que se refere a boas ações ambientais, sociais e de governança) se consolidem no Brasil.

Para Sammarco, é preciso avançar a legislação que versa sobre o tema, sendo uma das possibilidades incluir exigências de certificações ESG em editais de novos arrendamentos do setor. Desta forma, os projetos já nasceriam atrelados às práticas sustentáveis, facilitando também a análise do Ibama em relação ao licenciamento ambiental.

A **PROA** com sua tradição e excelência no serviço executado, garante o atendimento ininterrupto na ZP02, em todos os seus trechos navegáveis, nos **365 dias** do ano.



www.proamaus.com.br

SAMMARCO,
SINÔNIMO DE *proa*

HÁ MAIS DE **50 ANOS**
CONQUISTANDO **NOVOS MARES**

SAMMARCO | **50+**
ADVOGADOS

Santos: Rua Guaiaó, 66 cj 2101 - Santos - SP, CEP 11035-260
Brasília: SHN Q. 1 - Asa Norte, Brasília - DF, CEP 70701-010

in f

ESPECIAL

NORTE EXPORT

SUSTENTABILIDADE

ESG está presente em órgãos públicos e no dia a dia de trabalho dos advogados

Participantes de painel relataram algumas práticas ambientais, sociais e de governança que vêm sendo adotadas pelas empresas

CÁSSIO LYRA
redação@portalbenews.com.br

Um dos painéis do InfraJur - Encontro Regional de Direito de Logística, Infraestrutura e Transportes, que abriu o Fórum Norte Export 2023, realizado em Manaus (AM), debateu os fatores ESG (sigla em inglês que se refere a boas práticas ambientais, sociais e de governança) que vêm sendo adotados pelas empresas brasileiras. Entretanto, não é somente no setor privado que os fatores são encontrados, como o painel abordou, mas também em órgãos públicos e também no trabalho de advogados que atuam para empresas do setor.

Alzira Melo Costa, procuradora-chefe do Ministério Pú-



Antonio Pereira/Brasil Export

Durante o painel foram destacadas algumas práticas ESG, como o programa do MPT-AM/RR que auxilia mulheres migrantes e refugiadas do fluxo migratório venezuelano

blico do Trabalho (MPT) de Amazonas e Roraima, é uma das coordenadoras de um importante programa do órgão voltado para mulheres migrantes e refugiadas do fluxo migratório venezuelano.

Segundo ela, trata-se de uma atuação diversificada do MPT, que busca incluir essa classe no mercado de trabalho.

“Estamos atravessando o sexto ano de fluxo migratório intenso. São 7 milhões de pes-

soas que deixaram a Venezuela. 400 mil são os que permanecem no Brasil entre migrantes e refugiados. Desse percentual foram feitos estudos que apontam que 30% são mulheres venezuelanas, chefes de família, com mais de dois filhos e que possuem uma dificuldade imensa de serem inseridas no mercado de trabalho e poder retomar seu auto-sustento e sua capacidade financeira”, comentou.

O projeto do fluxo migratório venezuelano ganhou a incorporação do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur), que assina o projeto no intuito do fortalecimento do empoderamento pessoal para as mulheres, que muitas vezes sofrem de transtornos da migração forçada, além de serem vítimas de violência doméstica.

“As mulheres precisam ter um olhar diferenciado para os empresários. É muito mais difícil para as mães que muitas vezes não têm acesso a escolas de qualidade, não tem com quem deixar seus filhos, muitas vezes são chefes de família. Com quem essas pessoas vão contar? Somente apoio do governo? Elas contam também com empresários, que fazem a transformação e tem capacidade de crescimento econômico e outras atividades”, disse Alzira.

Também na advocacia

O advogado Ataíde Mendes da Silva Filho, sócio da Mendes & Brack Advogados, afirmou que a implantação do ESG tem papel fundamental no dia a dia dos advogados. Segundo ele, o ESG não pode ser tratado como uma lavagem social dentro das empresas.

ISEB3



Great Place To Work

Certificada

Fev/2022 - Fev/2023

BRASIL

Há 25 anos, demos o passo inicial para realizar nossa maior ambição: **criar conexões e reduzir distâncias.**



Somos responsáveis por **18% de toda movimentação** de contêineres no país. Oferecemos serviços portuários com logística integrada, atendendo **mais de 9 mil clientes** e impactando milhões de cidadãos no Brasil e no mundo.

De norte a sul. Do porto ao e-commerce. Do Brasil para o mundo.

www.santosbrasil.com.br



@santosbrasiloficial





Transglobal

Operações Portuárias

SOLUÇÕES EFICIENTES EM OPERAÇÕES PORTUÁRIAS

PARÁ - MARANHÃO - PERNAMBUCO

contato@tglobal.com.br - (81) 3204-3499



FERNANDA DE PAIVA ARAÚJO

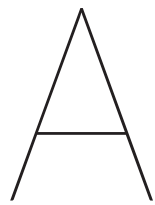
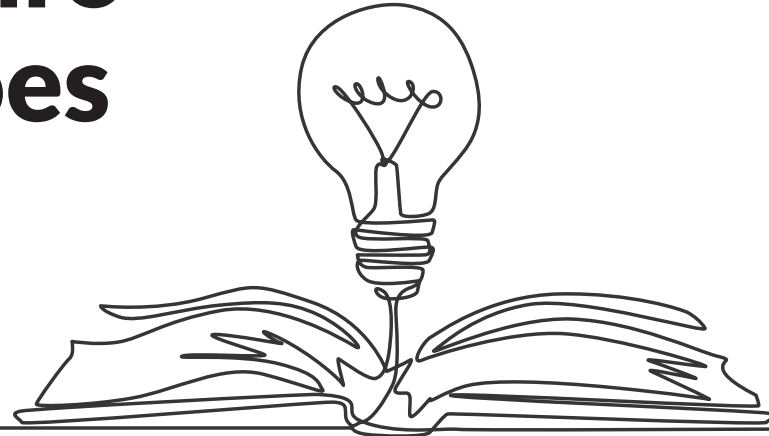
Sócia-administradora do escritório Araújo e Araújo Advogados Associados e membro da Comissão de Direito Portuário e Marítimo da OAB/DF

opinio@portalbenews.com.br



► DIREITO

A vanguarda do Judiciário Brasileiro diante das decisões administrativas



As jurisprudências dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal – STF, vêm apresentando novos posicionamentos judiciais, que valorizam as decisões dos entes administrativos.

O ativismo judicial é fonte de descontentamento para todos os entes públicos, que veem o Poder Judiciário interferir contínua e sistematicamente nas opções políticas dos demais poderes constituídos.

Esse fenômeno nasceu no judiciário brasileiro para garantir aos menos abastados o acesso a tratamentos de saúde indisponíveis no Sistema Único de Saúde (SUS), mas acabou se espraiando em todos os aspectos da vida política brasileira.

A extensão do intervencionismo judicial deu a todos os interessados em obter licenças, autorizações ou contratar com o poder público, a sensação de que, se não for possível obter uma resposta satisfatória no âmbito administrativo, a questão poderá ser discutida no judiciário, sendo que lá poderiam ser alegadas todas e quaisquer matérias que fossem consideradas convenientes aos judicantes.

O processo administrativo por seu menor formalismo, orientado em regra geral pelos princípios constitucionais aos quais estão sujeitos a administração pública – legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, passou a ser considerado um requisito formal a ser ultrapassado para acessar o judiciário, após a promulgação da Lei do Mandado de Segurança, que vedou a utilização deste em face de decisões que poderia ser impugnadas mediante recurso administrativo com efeito suspensivo.

Tal exigência foi relativizada por força da Súmula nº 429 do STF: “A existência de recurso administrativo com efeito suspensivo não impede o uso do mandado de segurança contra omissão da autoridade”. Assim, o procedimento administrativo se tornou um ‘ensaio geral’ para os verdadeiros embates que seriam travados na arena do poder judiciário. Essa realidade, que há muito tempo estava pacificada no imaginário coletivo, vem se alterando com a incorporação pelo judiciário pátrio da doutrina *Chenery*, importante precedente no sistema de common law dos Estados Unidos da América, que vem sendo nacionalizado para justificar a preservação das decisões discricionárias dos entes do executivo, fundadas no profícuo conhecimento técnico e expertise dos quadros que integram o seu organograma.

O precedente *Securities and Exchange Commission v. Chenery Corp* foi originado a partir das decisões denominadas *Chenery I* (*SEC v. Chenery Corp.*, 318 U. S. 80, 1943) e *Chenery II* (*SEC*

v. Chenery Corp., 332 U.S. 194, 1947), as quais apresentaram identidade de partes. No caso, a Securities and Exchange Commission (SEC), que se assemelha ao papel que na estrutura governamental brasileira é da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aprovou plano de reorganização da sociedade federal Water Service Corporation (WSC), distinto daquele tentado pelos executivos, diretores e acionistas da companhia.

A proposta dos dirigentes era adquirir ações preferenciais da WSC antes da reorganização societária, visando a sua conversão em ações ordinárias na nova estrutura da companhia.

A SEC, no âmbito administrativo, vetou a pretensão e determinou que ações preferenciais já adquiridas pelos dirigentes fossem liquidadas pelo valor de custo somado a juros, ao contrário do que ocorreria com os demais.

A questão foi judicializada e a Suprema Corte Americana decidiu em desfavor da SEC, determinando que ele reanalisasse a determinação de liquidação diferenciada dos ativos adquiridos pelos requerentes nos limites de sua competência, já que o ato administrativo impugnado não havia sido fundamentado na lei invocada pela SEC, em juízo para justificar sua conclusão no âmbito administrativo.

Nesse contexto, definiu-se, no precedente *Chenery I*, que a análise e a revisão, por Tribunal, da validade de ato de agência administrativa, estariam limitadas aos motivos aventados na fundamentação de decisão tomada pela agência, não podendo o julgamento se basear em diferentes motivos.

No âmbito portuário as especificidades são abundantes, sendo necessário um hercúleo esforço da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) e do poder concedente – atualmente o Ministério de Portos e Aeroportos (MPA) – ou de seus delegatários, para atender, fazendo uso de atos discricionários, as demandas da coletividade por um serviço eficiente, moderno e econômico.

Assim, o processo administrativo para concessões e autorizações no âmbito do MPA e da Antaq, sem olvidar da atuação prévia e a posteriori do Tribunal de Contas da União, deve receber, à luz dos novos entendimentos, a mesma atenção ofertada na fase judicial, quando necessária.

Deste modo, o poder judiciário atuará restrito aos fundamentos invocados pelo ente público na fase administrativa. Qualquer questão não suscitada, e sobretudo, que não tenha sido objeto de análise de cunho decisório no âmbito do procedimento administrativo, não poderá ser invocada na fase judicial para solucionar a questão apresentada, nos moldes do precedente *Chenery*.

A EXTENSÃO DO INTERVENCIONISMO JUDICIAL DEU A TODOS OS INTERESSADOS EM OBTER LICENÇAS, AUTORIZAÇÕES OU CONTRATAR COM O PODER PÚBLICO, A SENSACÃO DE QUE, SE NÃO FOR POSSÍVEL OBTER UMA RESPOSTA SATISFATÓRIA NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO, A QUESTÃO PODERÁ SER DISCUTIDA NO JUDICIÁRIO